

DECLARAÇÃO DE FORTALEZA

Regiões secas: um chamado para a ação

As Regiões Secas, mundialmente, contêm as maiores concentrações de pobreza e sofrem as maiores pressões sobre os seus recursos naturais, tais como água, solos e biodiversidade. Suas populações são extremamente vulneráveis às conseqüências adversas de alterações ambientais relacionadas a variabilidade e mudança do clima, e estão entre as regiões menos capazes de efetivamente enfrentar essas conseqüências. Apenas a desertificação, como símbolo das ameaças ambientais sobre as Regiões Secas, afeta adversamente as condições de vida de um bilhão (1.000.000.000!) de pessoas.

Um grupo de 2.350 participantes oriundos de 80 países, incluindo funcionários de governos, cientistas sociais e naturais, representantes do setor privado e de agências internacionais, e membros de organizações não governamentais e de outras organizações da sociedade civil, encontrou-se em Fortaleza, estado do Ceará, Brasil, de 16 a 20 de agosto de 2010, na Segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID 2010). Durante o encontro, houve troca de informações e de lições aprendidas durante as duas últimas décadas sobre desenvolvimento sustentável nas Regiões Secas do planeta. Os participantes ofereceram recomendações de políticas para consideração na Rio+20, a reunião de cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento que se realizará no Rio de Janeiro, em 2012.

Desde que a Primeira ICID foi realizada em 1992, o aquecimento global e as mudanças ambientais induzidas pelo homem, e suas conseqüências para o bem-estar humano e dos ecossistemas, são agora amplamente aceitos como questões fundamentais de desenvolvimento. Embora avanços significativos continuem a ser feitos no conhecimento científico e no entendimento sobre as interações entre clima, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento socioeconômico, e a despeito do progresso e das melhores intenções governamentais, os desafios continuam para

aumentar esforços com vistas a efetivamente reduzir pobreza, promover mitigação e adaptação à mudança climática e alcançar o desenvolvimento sustentável e as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs).

Vontade política, compromisso firme para a ação e para prover recursos adicionais são urgentemente necessários para realizar esses objetivos. Estes desafios são críticos porém superáveis nas sub-representadas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, coletivamente chamadas de “Regiões Secas”.

Erros passados, políticas mal concebidas e práticas predatórias resultaram em condições ambientais e sociais que não podem ser facilmente revertidas na ausência de esforços de desenvolvimento substanciais e constantes e que requeiram crescente apoio financeiro nacional e internacional. A decrescente produtividade dos recursos naturais nas Regiões Secas, a prevalência de pobreza e as significantes desigualdades, bem como as fraquezas institucionais, devem piorar com o agravamento da variabilidade e da mudança do clima.

As Regiões Secas contribuem menos do que outros biomas para a mudança global do clima (isto é, como fontes de emissão de gases de efeito estufa), mas deverão ser mais negativamente afetadas por essas mudanças.

Eventos climáticos extremos em diversas parte do mundo – recentes enchentes no Paquistão, incêndios na Rússia e na Indonésia, tempestades de areia na China, comportamento errático das monções na Índia, secas e déficits alimentares na África Sub-Sahariana, secas severas prolongadas e falta de água no norte do México e nordeste do Brasil, entre outros eventos desastrosos em outros lugares – enfatizam a urgência para que os governos se preparem para um clima incerto no futuro.

Os impactos econômicos e sociais de tais eventos extremos de clima, água e tempo incluem redução drástica de produção e produtividade agrícola, danos à infraestrutura, destruição e perda de serviços básicos, deslocamento em massa de população e aumento na frequência de conflito, violência e miséria nas partes mais pobres do mundo em desenvolvimento. Os países industrializados não são imunes às mudanças adversas do clima e são também crescentemente suscetíveis aos eventos climáticos extremos. No entanto, as Regiões Secas do planeta dispõem de ativos muito importantes, incluindo rica diversidade social, cultural e biológica. Essas regiões são responsáveis por mais de 20% da produção de alimentos em todo o mundo.

As Regiões Secas apresentam muitas oportunidades para o desenvolvimento sustentável, especialmente energia renovável solar, eólica e de biomassa. Muitas das ações requeridas para enfrentar as mudanças climáticas são benéficas agora e no longo prazo para o crescimento econômico, desen-

volvimento sustentável e alívio da pobreza. Essas ações requerem alta prioridade dos governos, tanto nacionais como regionais, das organizações internacionais e do setor privado.

As deliberações durante a ICID 2010 resultaram no chamado à ação a seguir:

Mudança climática e desenvolvimento sustentável: desafios e oportunidades para as regiões secas (áridas, semiáridas, subúmidas secas)

1. O desenvolvimento sustentável das Regiões Secas, através de melhoria na governança e nas condições de vida, de mais voz, empoderamento e representação política das suas populações (especialmente os pobres), deveria ser o objetivo proeminente da ação local, nacional e internacional.
2. Intervenções de desenvolvimento que levem em conta o clima, desde o nível local até o global, devem aumentar substancialmente, prestando crescente atenção às necessidades das mulheres, das crianças e dos idosos, em todas as Regiões Secas.
3. Oportunidades “ganha-ganha”, para conviver com o aquecimento global, devem ser identificadas e perseguidas, especialmente táticas e estratégias de adaptação às mudanças climáticas para reduzir vulnerabilidade, aumentar resiliência e construir ativos para os pobres. Esforços são necessários para desenvolver maior capacidade institucional para o manejo da variabilidade climática atual, no contexto das mudanças climáticas projetadas (e.g., maior ênfase na melhoria do monitoramento de redes climáticas e ambientais, no planejamento para enfrentamento de secas centrado em enfoque de gerenciamento baseado no risco, desenvolvimento de instrumentos apropriados de apoio à decisão, e sistemas melhorados de informação para ajudar nos processos de decisão). Esforços devem promover acesso à terra e aos mercados, bem como à participação efetiva de organizações de base nos processos decisórios, na implementação e na avaliação de atividades de desenvolvimento.
4. Mecanismos deveriam ser fortalecidos, através de ação integrada, para parar e evitar a degradação das terras, mitigar os efeitos de secas, incêndios e enchentess, conservar recursos de solo, água e biodiversidade, e para a adaptação resiliente às mudanças climáticas e suas conseqüências. Ademais, devem ser identificados e implementados mecanismos para compensar financeiramente comunidades locais pelos serviços de proteção ambiental que elas prestam.
5. Oportunidades de investimento deveriam explorar as vantagens comparativas das terras secas, tais como geração de energia solar e outras fontes de energias alternativas e renováveis (incluindo hidroeletricidade, vento e biomassa). Deveriam também apoiar técnicas para captura da água de chuva, melhoria sanitária, reúso de águas servidas na irrigação e em atividades de baixo carbono, poupadoras de recursos e amigáveis ao meio ambiente. Tais investimentos aumentariam e melhorariam a segurança alimentar e energética atra-

vés do gerenciamento eficiente da demanda pela água via sistema adequado de preços e outros meios. A integração de bacias hidrográficas deveria também ser considerada.

Representação política do nível local ao internacional

6. As preocupações dos povos das Regiões Secas são, com frequência, pobremente representadas nos processos políticos locais, nacionais e internacionais. A boa governança das Regiões Secas trará o conhecimento, os valores culturais, as necessidades e aspirações dos habitantes locais para os processos de formulação de políticas e tomada de decisão, em múltiplos níveis.
7. Para promover o reconhecimento e o bem-estar das Regiões Secas, devem-se levar em conta as implicações de segunda e terceira ordem da interface entre clima-pobreza-sustentabilidade. Os países das Regiões Secas deveriam tornar-se parceiros iguais na agenda global de meio ambiente e desenvolvimento.
8. A Organização das Nações Unidas deveria, urgentemente, considerar a condição atual das Regiões Secas, inclusive os riscos para segurança global associados com o crescente empobrecimento e a insegurança alimentar, crescente vulnerabilidade a desastres naturais e à mudança climática e aumento de conflitos e violência nas Regiões Secas.
9. Deveria ser convocada uma “Reunião de Cúpula sobre as Regiões Secas” para refinar opções de políticas para essas regiões, no mundo inteiro. As contribuições da ICID 2010 e as da Reunião de Cúpula aqui proposta reforçariam a discussão da importância dos assuntos relativos às Regiões Secas na agenda da Rio+20. Reuniões de Cúpula para outras ecorregiões deveriam também ser organizadas.
10. Uma nova Iniciativa ou Aliança geo-política Estratégica das Regiões Secas pode ser desenvolvida com o objetivo de coordenar esforços para tratar de questões comuns relativas a problemas, perspectivas e oportunidades a respeito de clima, desenvolvimento e sustentabilidade.
11. Devem ser apoiados o desenvolvimento e a implementação de estratégias baseadas em conhecimento no nível das comunidades para educar crianças, adultos, formuladores de políticas e tomadores de decisão, parlamentares e a media, sobre as implicações óbvias e escondidas das mudanças climáticas e ambientais nas Regiões Secas.

Proteção da biodiversidade

12. É também necessário recuperar áreas degradadas, fortalecer o manejo e a sustentabilidade de áreas protegidas existentes e novas e prevenir a deterioração ambiental daquelas áreas que ainda estão bem preservadas. As Regiões Secas deveriam catalogar e priorizar os vários usos sustentáveis e a conservação da sua biodiversidade.

Sinergias entre iniciativas globais de meio ambiente e desenvolvimento

13. Devem ser maximizadas as sinergias entre intervenções globais, nacionais, regionais e locais para mitigação e adaptação a mudanças climáticas, conservação da biodiversidade e estancamento de processos de desertificação. Interações entre e com as três convenções do Rio (UNCCD, UNCBD e UNFCCC) deveriam ser integradas com esforços mais amplos, domésticos e internacionais, para reforçar a qualidade da educação básica, combater a desertificação e promover a sustentabilidade.

Financiamento do desenvolvimento sustentável levando em conta a questão do clima

14. O reforço a atividades de desenvolvimento sustentável considerando a questão climática vai requerer recursos financeiros adicionais. Parte dos custos deveria ser absorvida pelas economias nacionais, mas, por causa da sua natureza de bens públicos, uma parcela mais larga dos recursos financeiros adicionais necessários deveria provir dos países industrializados.
15. Promessas financeiras feitas anteriormente pelos países industrializados para apoiar os esforços de desenvolvimento sustentável devem ser cumpridas. Arranjos institucionais existentes e instrumentos financeiros devem não apenas ser fortalecidos mas também tornar-se mais eficientes. O desembolso de recursos concessionais dos recentemente estabelecidos Fundos de Investimento e de Adaptação, por exemplo, deveria ser acelerado. Capacidades institucionais de absorção, em nível local e nacional, deveriam ser fortalecidas para a utilização efetiva desses recursos.
16. Os emissores de gases de efeito estufa devem ser responsabilizados através da aplicação do princípio do “poluidor-pagador” e outras medidas semelhantes. Isso deveria gerar recursos adicionais para financiar novos investimentos em medidas de adaptação. Inovações financeiras para avançar o desenvolvimento sustentável sob condição de mudança climática deveriam incluir também: (i) fundos para financiar adaptação e atividades associadas de desenvolvimento sustentável nas Regiões Secas, tais como o proposto Fundo Caatinga, no Brasil; (ii) pagamento por serviços ecológicos e outros serviços ambientais, inclusive o estabelecimento de um fundo para redução de emissões de degradação de terras e de desertificação, na linha dos fundos existentes para redução de emissões de desmatamento e degradação de florestas em áreas de florestas tropicais, conhecidos como REDD; e (iii) instrumentos de seguro e de compensação por danos relacionados com o clima.

Educação e segurança alimentar para o desenvolvimento sustentável

17. Educação contextualizada em todos os níveis deveria ser uma prioridade, cooperativamente apoiada por todas as agências envolvidas. Além de ser um investimento de alto retorno em capital humano, a educação deve ser vista também como uma forma de elevar conscientização de populações locais entre mudanças climáticas, pobreza e sus-

tentabilidade. Isto vai assegurar efetivamente voz, empoderamento e representação no processo de decisões a respeito do futuro das Regiões Secas. Políticas específicas de educação deveriam ser desenvolvidas para as Regiões Secas. O foco prioritário deve ser a juventude de ambos os sexos, começando no desenvolvimento da primeira infância. As crianças e jovens são os principais interessados e serão a próxima geração de formuladores de políticas e tomadores de decisão.

18. Segurança alimentar para o desenvolvimento sustentável deve ser uma área central de preocupação entre sociedade civil, organizações não governamentais, agências internacionais, instituições governamentais e outras formas de organização, uma vez que segurança alimentar permanece uma necessidade fundamental para reduzir vulnerabilidade e promover adaptação resiliente.

Conhecimento e intercâmbio de informação

19. Um programa multidisciplinar integrado de pesquisa climática, observação, modelagem e aplicações deveria ser implementado para prover informações para gerentes, planejadores, formuladores de políticas públicas, tomadores de decisão, educadores e populações locais sobre adaptação às conseqüências de um clima em mutação.
20. Embora a tecnologia da informação e o conhecimento baseado nas causas complexas e nos efeitos da variabilidade climática, dos extremos e das mudanças tenha avançado significativamente nas duas últimas décadas, são necessários significativamente maiores insumos das ciências sociais, especialmente para focar sobre as causas sociais e políticas da vulnerabilidade e da resiliência, bem como sobre os impactos da variabilidade e das mudanças climáticas na sociedade.
21. A lacuna causada por um desencontro entre a investigação científica e tecnológica relacionada às Regiões Secas, de um lado, e o sistema prevalecente de tomada de decisão e de governança local e governamental, de outro, deveria ser eliminada. Novos conhecimentos de Ciência e Tecnologia (C&T) precisam ser desenvolvidos em instituições existentes ou novas, nas Regiões Secas. Esforços de desenvolvimento sustentável devem respeitar a cultura dos povos indígenas e tradicionais e de outras populações locais que tem habitado essas regiões por séculos.
22. Redes de conhecimento nas Regiões Secas deveriam ser estimuladas com dois objetivos básicos: (i) pesquisa científica e aplicada: intercâmbio de informação, discussão de metodologias, comunicação de descobertas científicas e desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisa; e (ii) planejamento participatório e ação: criar um fórum para intercâmbio de experiências entre especialistas, autoridades governamentais, sociedade civil e setor privado.

Cooperação internacional

23. É necessário fortalecer medidas para facilitar a cooperação internacional e a transferência de tecnologias apropriadas para as Regiões Secas, incluindo o incentivo à cooperação sul-sul e tripartite e o estabelecimento de laboratórios e observatórios locais.
24. Deveriam ser desenvolvidos esforços para melhorar a coordenação nos programas de desenvolvimento, especialmente em áreas como a educação, manejo da terra, água e florestas, combate à desertificação, adaptação a mudanças climáticas, proteção à biodiversidade, melhoria da segurança alimentar e redução da pobreza.

Sentido de urgência

25. A urgência para responder aos desafios e oportunidades atuais e emergentes sobre clima, desenvolvimento e sustentabilidade em Regiões Secas não deve ser subestimada. A Comunidade internacional mostrou sua intenção de colocar o desenvolvimento das Regiões Secas na agenda internacional com o lançamento, na ICID 2010, da Década das Nações Unidas sobre Desertos e Luta Contra a Desertificação 2010-2020. Em vista das contribuições da ICID 2010 e dos novos cenários de mudanças climáticas globais que intensificam o imperativo do desenvolvimento das Regiões Secas, a alvorada desta nova Década das Nações Unidas é um reconhecimento bem-vindo de que ação decisiva para o bem-estar da humanidade e dos ecossistemas nas Regiões Secas do planeta é uma necessidade urgente!

Documentos de apoio dos encontros preparatórios e dos painéis da ICID 2010, incluindo contribuições especiais sobre África e América Latina, estarão disponíveis no site: www.icid18.org.